



RELATÓRIO E CONTAS ANUAIS 2020

ÍNDICE

1.	RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	3
1.1	ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO	3
1.2	EMPRESA	4
1.3	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	5
1.4	CONTROLO INTERNO	6
1.5	PERSPECTIVAS - ANO DE 2021.....	8
1.6	PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS.....	9
1.7	RECONHECIMENTO.....	9
2.	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	11
2.1	BALANÇO	11
2.2	DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	12
2.3	FLUXOS DE CAIXA	13
2.4	DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÃO DO CAPITAL PRÓPRIO	14
3.	ANEXO AO BALANÇO E ÀS DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS EM 31/12/2020	15
4.	CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS	32
5.	RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO	38

1. Relatório do Conselho de Administração

Exercício de 2020

Nos termos da Lei e dos Estatutos, o Conselho de Administração da Sociedade Realtransfer - Instituição de Pagamento, S.A., com sede social na Praça Marquês de Pombal, nº 1, Galerias, Loja J, em Lisboa, com o capital social de Euros 600.000, registada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o número pessoa coletiva 508 012 015, apresenta o Relatório de Gestão referente ao exercício findo a 31 de Dezembro de 2020.

1.1 ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

O ano de 2020 ficará para sempre marcado pela pandemia provocada pelo vírus SARS-COV-2, que obrigou muitos países a confinar durante meses consecutivos. Este confinamento teve um impacto devastador nas economias mundiais e a economia Portuguesa não foi excepção. O sector do Turismo foi fortemente afetado pelos sucessivos e globais confinamentos, o que levou a grandes quebras para a RealTransfer no que diz respeito a um dos seus principais serviços: a compra e venda de moeda.

Em 2020, de acordo com os valores publicados pelo Fundo Monetário de Internacional (FMI) assistiu-se a uma quebra do Produto Interno Bruto de 3,5% contra os 2,9% de crescimento registados em 2019, ficando ainda assim acima das previsões iniciais que apontavam para uma quebra no PIB de 4,4%.

Na zona Euro, o cenário foi ainda mais alarmante, tendo o PIB decrescido 7,2%, em 2020, contra o crescimento de 1,8% registado em 2019. Já em Portugal a tendência decrescente manteve-se, tendo o PIB Português decaído 7,6% tendo uma tendência contrária à registada em 2019, onde o PIB Português registou um crescimento de 2,2%.

Quanto ao valor da inflação, Portugal registou uma taxa de variação nula em 2020, quando tinha registado 0,5% no ano anterior. No que diz respeito à taxa de desemprego, esta situou-se nos 6,8%, não tendo chegado aos valores inicialmente previstos. Este aumento não foi mais acentuado devido, essencialmente, aos apoios

ao emprego, nomeadamente o LayOff simplificado e o Apoio extraordinário à retoma progressiva da actividade.

O Rácio da dívida pública Portuguesa situou-se nos 133,7% do PIB em 2020, um novo record registado, sendo que em 2019 o seu valor foi de 117,2%, tendo contribuído fortemente para este efeito a significativa redução das exportações de serviços de turismo. Importa ainda referir que o peso do Turismo no PIB de Portugal é um dos mais elevados do mundo, representando quase 13% do PIB Português.

1.2 EMPRESA

A RealTransfer assistiu a grande condicionamento na sua actividade, fundamentalmente

devido ao grande impacto que a Pandemia do SARS-COV-2 teve no sector do Turismo, do qual a RealTransfer tem uma forte dependência. Toda esta situação de Pandemia veio ainda atrasar a esperada retoma da economia Angolana, onde o PIB se situou nos -4,0%, mantendo a tendência decrescente que se tem verificado desde 2016 muito por conta da queda contínua no valor do petróleo. A inflação de Angola registou 25,1% no final de 2020, significativamente acima dos valores registados em 2019 (17,1%). Por estas razões, as transacções neste corredor mantiveram-se em valores pouco significativos, tendo os pagamentos registado uma quebra de 74% em relação aos valores de 2019. Tendo em conta que a situação de Pandemia Mundial se mantém, não se espera uma recuperação significativa destes valores para o ano de 2021.

O corredor Brasil registou em 2020 uma ligeira quebra de 4,1% nos montantes totais enviados relativamente aos valores de 2019, contrariando assim a tendência crescente registada nos últimos anos.

Sucursais no exterior

Durante o ano de 2020 foram encerradas as sucursais da RealTransfer em França e na Suécia, mantendo-se a sucursal de Espanha.

1.3 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O comportamento da atividade da empresa durante o ano de 2020 apresentou um crescimento consistente, verificando-se um aumento dos seus proveitos de 12% relativamente a 2019. Este crescimento deveu-se em parte ao contrato celebrado com a MoneyGram, onde foi incluído um bónus de assinatura no valor de 350.000€.

No que diz respeito aos proveitos gerados essencialmente pela reavaliação cambial em divisas, estes registaram um ligeiro crescimento de 1,2% (3.434.699€) relativamente a 2019 (3.391.877, €). Por outro lado, os proveitos gerados pela reavaliação cambial de notas e moedas sofreram uma acentuada queda de 53,3% (284.479€) relativamente aos valores obtidos em 2019 (609.748 €)

No que respeita às comissões, as mesmas tiveram uma quebra significativa, passando de 262.641 € em 2019 para 126.653 em 2020, registando assim uma perda de 51%.

O Produto Bancário foi de 4.321.197€, apresentando um ligeiro crescimento de 1,2% face aos valores registados em 2019 (4.268.036€)

Relativamente aos custos, estes sofreram uma ligeira diminuição de 3,45 %, sendo de 4.086.170,33€ em 2020, face aos 4.232.518,28€ registados em 2019.

Assim, temos a informar o seguinte:

- Redução dos custos de pessoal em 11,3%, totalizando 1.809.077€ em 2020, contra os 2.040.233€;
- Os Fornecimentos e Serviços de Terceiros tiveram uma acentuada diminuição de 21%, passando de 1.189.711€ em 2019 para 938.488€ em 2020. Parte desta redução é justificada pelo apoio a que a empresa recorreu (Layoff Simplificado) para fazer face aos impactos da Pandemia do SRS-COV-2.
- Durante o ano de 2019 o valor em dívida em empresas do Grupo rondou os 46% do total do ativo. Esta situação, que infelizmente não ficou resolvida durante o exercício de 2020, é uma situação de carácter absolutamente excecional e será certamente transitória, perspetivando-se uma redução da mesma durante o exercício de 2021 em curso.

1.4 CONTROLO INTERNO

A RealTransfer, SA realiza todas as atividades necessárias para garantir o planeamento e o controlo de gestão da empresa em matéria de gestão de riscos financeiros, nomeadamente a elaboração de Orçamento, dos Planos de Atividade, a escolha de objetivos e a apresentação dos Relatórios de Atividades. Desta forma é possível sistematizar métodos e otimizar os recursos, bem como certificar todas as informações relevantes sobre o património, permitindo obter um conhecimento realista e em tempo útil, da situação económica e financeira da Instituição.

É ainda possível avaliar e controlar (informação dinâmica, comparativa, orientadora) o desempenho da empresa nas suas diversas vertentes: humana, financeira, operacional e comercial, visando assegurar a execução da estratégia

através da comparação dos resultados com os objetivos estratégicos, assegurar a regularidade fiscal e demonstrá-la junto dos órgãos de administração e de fiscalização e

assim contribuir para o fortalecimento do Sistema de Controlo Interno da Instituição.

O sistema de Controlo Interno da instituição é composto por três áreas distintas e autónomas : A Gestão de Riscos, a Auditoria Interna e o Compliance.

A Gestão de Riscos trabalha essencialmente com base no Sistema de Gestão de Riscos da Instituição, implementado nos termos da definição contida no Artº.10 do Aviso nº 05/2008 do Banco de Portugal, de 25/06/2008, com especial relevância para o "Risco de Taxa de Câmbio", o "Risco Operacional", o "Risco dos Sistemas de Informação, o "Risco de Estratégia" e o "Risco de Reputação", "Risco de Mercado" e "Risco de Liquidez".

O controlo do risco é efetuado com base nos processos desencadeados por toda a área financeira da RealTransfer, SA, incluindo os processos de elaboração de pricing (que inclui a análise dos mercados cambiais), gestão da liquidez (através da elaboração de mapas de controlo de liquidez), elaboração de mapas de Research Macroeconómico (através da recolha de dados Macroeconómicos dos principais mercados).

De toda a análise efetuada resulta assim uma hierarquização dos riscos materialmente

relevantes, dando prioridade a todos os processos que envolvam maior risco.

Todo o controlo efetuado tem como objetivo a mitigação do risco no seu todo, sendo que sempre que um processo a desencadear possa representar uma probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no Capital, esse processo é analisado

individualmente e são tomadas as medidas tidas como necessárias para a mitigação desse mesmo risco.

Também a Auditoria Interna desempenha um papel fundamental no controlo dos processos desencadeados na instituição, sendo as visitas de auditoria efetuadas com regularidade a todas as áreas, com especial incidência na rede de balcões. Para além dos processos de auditoria propriamente ditos, cabe ainda a esta área o tratamento de todas as reclamações que chegam à instituição, quer por meio de registo em livro de reclamações físico, livro de reclamações eletrónico ou diretamente para o email da instituição.

Ao *Compliance* cabe a verificação do cumprimento de todas as normas, leis e regulamentos aplicáveis, com especial incidência na Prevenção do Branqueamento de Capitais e no Financiamento ao Terrorismo. Durante o período em reporte foram ainda elaborados e submetidos os reportes que nos são exigidos, como o RPB(Relatório de Prevenção do Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo – RPB. Tendo em conta a situação de pandemia mundial e as restrições que a mesma implica, a formação no âmbito da prevenção do BC/FT , que era dada presencialmente, não foi leccionada com tanta regularidade pretendida. Recentemente foi adotada uma nova forma de formação, via digital, que permite que a mesma continue a chegar a todos os colaboradores e de forma segura.

1.5 PERSPECTIVAS - ANO DE 2021

Não obstante todas as dificuldades que este ano de 2021 nos tem trazido, não só a nós mas a todos a nível Mundial, devido à Pandemia de SARS-COV-2 que ainda se mantém, iremos continuar a apostar forte no corredor Brasil e esperamos que, simultaneamente, outros corredores se tornem melhores fontes de rendimento. Também acreditamos e apostamos fortemente no desenvolvimento no nosso mais recente parceiro, a MoneyGram.

Vamos continuar a melhorar a consolidação da nossa empresa, apostando na formação de Quadros e continuar o rigoroso controlo de custos que tem sido feito até aqui, tão essencial para a nossa continuidade e prosperidade.

Tendo cumprido o nosso objetivo para 2020, o de ter um ano com resultados finais positivos, colocamos agora como objetivo manter esta tendência de crescimento contínuo, apesar de todas as adversidades que têm surgido.

Atualmente, considerando o estado de Pandemia derivada do vírus SARS-COV-2 têm vindo a ser efetuadas determinadas alterações ao normal funcionamento da atividade da nossa empresa com o objectivo de assegurarmos a continuidade do negócio. No que respeita aos colaboradores que realizam a prestação do seu trabalho nas instalações dos escritórios foi adoptado, durante o estado de emergência, o regime de teletrabalho. Relativamente à Rede de Agências da RealTransfer, as mesmas têm vindo a ser alvo de reestruturação desde o final do ano de 2019, antes da existência do estado de pandemia generalizado na Europa com o objectivo de manter o

maior número de postos de trabalho e salvaguarda da solidez financeira da empresa. Findo o último período de estado de calamidade, tanto os colaboradores dos Serviços Centrais como os colaboradores das agências encontram-se a retomar gradualmente a prestação de trabalho nos locais designados, continuando a assegurar plenamente as suas funções. Tendo em conta o contexto atual, o ano 2021 poderá terminar com valores aquém dos que foram inicialmente projectados, visto que a retoma da economia está a ser mais vagarosa do que o desejado.

Não existem fatores relevantes a imputar a 2020 após o termo do exercício.

1.6 PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Conselho de Administração propõe aos Senhores Acionistas, reunidos em Assembleia Geral:

- 1 - Que seja aprovado o Relatório de Gestão;
- 2- Que sejam aprovadas as Contas e o Balanço referentes ao exercício de 2020;
- 3 - Que os resultados do exercício, com impostos incluídos, no montante de **83.136,14€** (Oitenta e três mil cento e trinta e seis euros e catorze cêntimos) sejam levados a resultados transitados.

1.7 RECONHECIMENTO

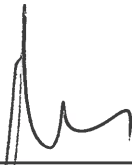
O Conselho de Administração quer manifestar o seu reconhecimento a todos os que no decurso deste exercício económico apoiaram a empresa e com ela colaboraram particularmente:

- Aos Bancos Centrais dos países onde desenvolvemos a nossa atividade, especialmente ao Banco de Portugal e seus técnicos, pela permanente disponibilidade e abertura no apoio à resolução das nossas dúvidas e interrogações;
- Ao acionista Casa Campião e da Ultra SGPS, pelo apoio, pelo carinho, apreço e disponibilidade sempre demonstrados;
- Aos restantes Órgãos Sociais pela disponibilidade sempre revelada;
- Aos colaboradores da Sociedade pelo esforço, dedicação e leal desempenho demonstrados;
- À Caixa Económica Montepio Geral pelo apoio continuamente demonstrado como nosso parceiro de negócio;
- À Dra. Maria José Pimenta, ROC da nossa empresa, pela forma cuidada, profissional e colaborativa com que sempre nos acompanhou;
- Ao escritório de advogados RSA, na pessoa do Dr. Raposo Subtil e Dr. Camarate Campos, pelo apoio constante e permanente sempre dado à nossa empresa;
- A todos os colaboradores da RealTransfer e da NovaCâmbios que nos têm

acompanhado nesta jornada.

Lisboa, 07 de Junho de 2021

O Conselho de Administração



Pedro Mascarenhas Santos



Vasco Linhares de Mello



Vera Figueira Aires

2. Demonstrações Financeiras

BALANÇO

REALTRANSFER - INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO, S.A.

 Base de reporte : **Individual - NIC**

31 de dezembro 2020

Valores em Euros

	Notas	Ano - Atividade Global			Ano Anterior
		Valor antes de	Provisões, imparidades	Valor líquido	
		provisões, imparidades e amortizações	e amortizações		
	1	2	3 = 1 - 2	4	
Ativo					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	3	441 922,13		441 922,13	656 260,07
Disponibilidades em outras instituições de crédito	4	502 867,59		502 867,59	1 516 735,98
Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados	5	24 516,89		24 516,89	18 322,44
Aplicações em instituições de crédito	6	131 800,00		131 800,00	147 806,75
Outros ativos tangíveis	7	850 612,39	597 587,91	253 024,48	263 409,49
Ativos intangíveis	8	42 428,78	26 812,02	15 616,76	-
Ativos por impostos correntes	9	18 107,00		18 107,00	19 665,49
Ativos por impostos diferidos	10	72 561,88		72 561,88	93 510,48
Outros ativos	11	5 008 137,51		5 008 137,51	3 407 815,56
Total de Ativo		7 092 954,17	624 399,93	6 468 554,24	6 123 526,26
Passivo					
Recursos de outras instituições de crédito	12			-	315 830,30
Passivos por impostos correntes	13			13 800,70	8 347,17
Outros passivos	14			1 343 014,27	770 745,66
Total de Passivo				1 356 814,97	1 094 923,13
Capital					
Capital	15			600 000,00	600 000,00
Outras reservas e resultados transitados	16			4 428 603,13	4 409 099,81
Resultado do exercício				83 136,14	19 503,32
Total de Capital				5 111 739,27	5 028 603,13
Total de Passivo e Capital				6 468 554,24	6 123 526,26

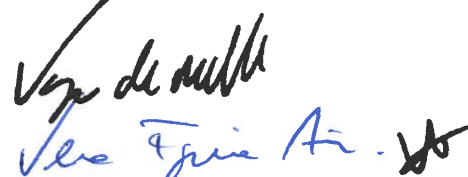
O Responsável pela Contabilidade

 Margarida Cravid de Melo
 Contabilista Certificada N.º 93044



O Conselho de Administração

 Pedro Mascarenhas Santos
 Vasco Linhares de Melo
 Vera Figueira Alves



DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

REALTRANSFER - INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO, S.A.

31 de dezembro 2020

Base de reporte: Individual - NIC

Valores em Euros

	Notas	2020	2019
Juros e rendimentos similares		61,02	3 768,45
Juros e encargos similares		-	142,46
Margem Financeira		61,02	3 625,99
Rendimentos de serviços e comissões	17	126 653,23	262 641,79
Encargos com serviços e comissões	18	1 289 385,86	957 301,84
Resultados de reavaliação cambial (líquido)	19	3 719 179,13	4 001 626,10
Outros resultados de exploração	20	358 440,65	(7 667,57)
Produto Bancário		2 914 948,17	3 302 924,47
Custos com pessoal	21	1 809 077,25	2 040 233,49
Gastos gerais administrativos	22	938 448,56	1 189 711,80
Amortizações do exercício e provisões líquidas de reposições e anulações	23	49 258,66	45 128,69
Resultado Antes de Impostos		118 163,70	27 850,49
Impostos			
Correntes	24	14 078,96	8 347,17
Diferidos		20 948,60	-
Resultado Líquido do Exercício		83 136,14	19 503,32

O Responsável pela Contabilidade

Margarida Cravid de Melo
 Contabilista Certificada N.º 93044

Margarida Cravid de Melo

O Conselho de Administração

Pedro Mascarenhas Santos
 Vasco Linhares de Melo
 Vera Figueira Aires

Vz de Melo
Vera Figueira Aires

[Signature]

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

REALTRANSFER - INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO, S.A.

 Base de reporte : **Individual - NIC**

31 de dezembro 2020

Valores em Euros

	Notas	2020	2019
Atividades Operacionais			
Recebimentos de comissões	17	126 653,23	262 641,79
Pagamento de comissões	18	(1 289 385,86)	(957 301,84)
Pagamentos ao pessoal e fornecedores	21/22	(3 039 002,19)	(2 950 933,10)
Resultados de reavaliação cambial	19	3 719 179,13	4 001 626,10
Caixa gerada pelas operações		(482 555,69)	356 032,95
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	24	(8 347,17)	(15 159,34)
Aplicações e recursos em instituição de crédito	6	(16 006,75)	(834 524,62)
Outros recebimentos/pagamentos		(682 874,08)	339 606,05
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais (1)		(1 189 783,69)	(154 044,96)
Atividades de Investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis	7	35 813,60	42 208,23
Ativos intangíveis	8	18 676,81	-
		54 490,41	42 208,23
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento (2)		(54 490,41)	(42 208,23)
Atividades de Financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Juros e rendimentos similares		61,02	3 768,45
		61,02	3 768,45
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-	142,46
Juros e gastos similares		0,00	142,46
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento (3)		61,02	3 625,99
Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		(1 244 213,08)	(192 627,20)
Caixa e seus equivalentes no início do período		2 320 802,80	2 513 430,00
Caixa e seus equivalentes no fim do período		1 076 589,72	2 320 802,80
Diferenças entre a soma dos fluxos e a variação de caixa		-	-

O Responsável pela Contabilidade

 Margarida Cravid de Melo
 Contabilista Certificada N.º 93044

O Conselho de Administração

 Pedro Mascarenhas Santos
 Vasco Linhares de Melo
 Vera Figueira Aires




DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO

REALTRANSFER - INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO, S.A.
 Base de reporte : Individual - NIC

31 de dezembro 2020
 Valores em Euros

Rúbricas	Notas	Capital	Reservas Legais	Outras Reservas	Resultados Transitados	Resultado Líquido do Exercício	Total do Capital Próprio
Saldo em 31 dezembro 2018		600 000,00	612 908,25	3 256 672,23	917 586,89	(378 067,56)	5 009 099,81
Aplicação do resultado líquido do exercício de 2018	16	-	-	-	(378 067,56)	378 067,56	-
Resultado líquido do exercício de 2019	16	-	-	-	-	19 503,32	19 503,32
Saldo em 31 dezembro 2019		600 000,00	612 908,25	3 256 672,23	539 519,33	19 503,32	5 028 603,13
Aplicação do resultado líquido do exercício de 2019	16	-	-	-	19 503,32	(19 503,32)	-
Ajustamentos por impostos diferidos	16	-	-	-	-	-	-
Resultado líquido do exercício de 2020		-	-	-	-	83 136,14	83 136,14
Saldo em 31 dezembro 2020		600 000,00	612 908,25	3 256 672,23	559 022,65	83 136,14	5 111 739,27

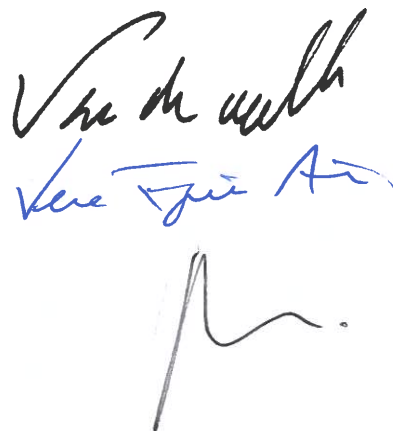
O Responsável pela Contabilidade

Margarida Cravid de Melo
 Contabilista Certificada N.º 93044



O Conselho de Administração

Pedro Mascarenhas Santos
 Vasco Linhares de Melo
 Vera Figueira Aires



3. Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados em 31/12/2020

3. NOTA INTRODUTÓRIA

A **REALTRANSFER – Instituição de Pagamento, S.A.** é uma sociedade anónima, com sede em Lisboa, constituída em 14 de Dezembro de 2007 e resulta de alteração da denominação social da REALTRANSFER – Agência de Câmbios e Pagamentos, S.A.. Tem como objecto principal o exercício de todas as actividades e operações legalmente autorizadas às instituições de pagamento e a prestação de serviços de transferências de dinheiro de e para o exterior.

Todos os valores apresentados no presente anexo estão expressos em euros, salvo indicação de outra moeda.

4. BASES DE APRESENTAÇÃO, COMPARABILIDADE DA INFORMAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

a. Bases de apresentação

A empresa preparou todas as demonstrações financeiras com base nos livros e registos contabilísticos, os quais são mantidos de acordo com os princípios definidos nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), no âmbito do disposto pela União Europeia através do Regulamento 1606/2002 e na sequência do qual foi publicado o Aviso n.º 5/2015 de 30 de dezembro do Banco de Portugal.

As demonstrações financeiras, do que o presente anexo é parte integrante, foram preparadas segundo a convenção dos custos históricos, na base da continuidade das operações e em conformidade com os princípios fundamentais de consistência, prudência, especialização dos exercícios, substância sobre a forma e materialidade, de acordo com as normas de contabilidade ajustadas.



b. Comparabilidade

Não existem alterações de políticas contabilísticas e critérios valorimétricos que afectem a comparabilidade dos valores apresentados nas demonstrações financeiras

c. Principais políticas contabilísticas

a) Activos Tangíveis e Intangíveis

Os activos tangíveis e intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzidos das correspondentes amortizações. As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, por duodécimos, de acordo com a vida útil prevista no decreto regulamentar 25/2009, actualizado pelo decreto regulamentar nº 4/2016 de 22 de Abril.

b) Locações

Os contratos de locação são classificados ou como locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do activo sob locação ou, caso contrário são classificados como locações operacionais.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração de resultados durante o período do contrato de locação e de acordo com as obrigações a estes inerentes.

c) Regime do acréscimo

A empresa regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime do acréscimo.

As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registadas nas rubricas de outras operações a regularizar.

d) Saldos e transacções expressos em moeda estrangeira

Todos os activos e passivos expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros utilizando-se as taxas de câmbio vigentes à data do balanço de cada exercício, publicadas diariamente pelo BCE e informadas pelo banco de



Portugal. As diferenças cambiais resultantes da conversão são reconhecidas em resultados.

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional à taxa de câmbio em vigor na data da transacção.

e) Impostos

A empresa encontra-se sujeita a tributação em sede de imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas (IRC) à taxa de 17% aplicável aos primeiros 25 000€ de matéria colectável e à taxa de 21% ao excedente. De acordo com o art.º 87-A é acrescida a derrama estadual de 3% calculada sobre o lucro tributável que excede 1 500 000,00€, até 7 500 000,00 €. Ao valor de colecta de IRC assim apurado, acresce ainda derrama municipal, e tributações autónomas sobre os encargos às taxas previstas no artigo 88º do código do IRC.

No apuramento da matéria colectável, à qual é aplicada a referida taxa de imposto, são adicionados e subtraídos ao resultado contabilístico os montantes não aceites fiscalmente. Esta diferença, entre resultado contabilístico e fiscal, pode ser de natureza temporária ou permanente.

Conforme a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos, excepto quando tenha havido prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da empresa dos anos de 2017 a 2020 poderão ainda ser sujeitas a revisão.

A administração da empresa entende que as correcções resultantes de revisões/inspecções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020.

Os prejuízos fiscais gerados em exercícios iniciados após 1 de janeiro de 2014 e antes de 1 de janeiro de 2018 podem ser reportados por um período de 12 anos. A dedução dos prejuízos está limitada a 70% do lucro tributável apurado



no exercício em que seja realizada a dedução. Após 1 de Janeiro de 2018 empresas não abrangidas pelo DL nº 372/2007 apenas podem reportar os seus prejuízos fiscais nos 5 anos seguintes. A partir de janeiro de 2018 passa a ser permitida a dedução em primeiro lugar os prejuízos cujo período de reporte se esgota primeiro.

A empresa procede ao registo de impostos diferidos, correspondentes às diferenças temporárias entre o valor contabilístico dos activos e passivos e a correspondente base fiscal, conforme disposto na NCRF 25 – impostos diferidos, sempre que seja provável que sejam gerados lucros fiscais futuros contra os quais as diferenças temporárias possam ser utilizadas. Refira-se que esta avaliação baseia-se no plano de negócios da empresa, periodicamente revisto e actualizado.

3. Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais:

Em 31 de Dezembro esta rubrica tem a seguinte composição, onde representa o valor detido nas Caixas dos Diversos Balcões

Caixa	2020	2019
Moeda Nacional	293.677,98	415.681,80
Moeda Estrangeira	148.244,15	240.578,27
Total	441.922,13	656.260,07

4. Disponibilidades em Outras Instituições de Crédito:

Em 31 de dezembro esta rubrica tem a seguinte composição

	2020	2019
Disponibilidades em Outras Instituições	502.867.59€	1.516.735,98 €
Total de Disponibilidades	502.867,59€	1.516.735,98€






5. Outros Activos Financeiros ao Justo Valor:

Em 31 de dezembro esta rubrica tem a seguinte composição

	2020	2019
Outros – FCT-Fundo de Compensação do Trabalho	24.516,89 €	18.322,44€ €

6. Aplicações em Instituições de Crédito

Em 31 de dezembro esta rubrica tem a seguinte composição:

	2020	2019
Depósitos à ordem	-- €	34.506,75 €
Depósitos a prazo	131.800,00€	113.300,00 €
Total de Aplicações	131.800,00€	147.806,75 €

Aplicações em IC	2020	Inicio	Fim	Taxa
Poupança Prazo 1	35 200,00	25-ago-16	31-jan-21	0,05%
Poupança Prazo 2	29 000,00	27-jan-17	30-jan-21	0,05%
Poupança Prazo 3	14 500,00	10-ago-17	13-ago-21	0,05%
Poupança Prazo 4	33 600,00	10-mai-19	28-jul-21	0,05%
Poupança Prazo 5	18 500,00	18-set-20	18-set-21	0,05%
Poupança Prazo 6	1 000,00	21-dez-20	21-dez-21	0,05%
Total	131.800,00			

7. Outros ativos tangíveis

	Saldo em 01jan2019		Aumentos / Diminuições		Amortizações do exercício	Saldo em 31dez2019
	Valor bruto	Amortiz acumul	Aquisições	Abate /Vendas		
Edifícios	88 629,92	9 538,20	0,00	0,00	1 362,60	77 729,12
Obras em Edifícios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento	704 165,55	516 927,33	42 208,23	0,00	43 766,08	185 680,37
Total	792.795,47	526.465,53	42.208,23	0,00	45.128,68	263.409,49

Outros Ativos Tangíveis	Saldo em 01jan2020		Aumentos / Diminuições		Amortizações do exercício	Saldo em 31dez2020
	Valor bruto	Amortiz acumul	Aquisições	Regularizações		
Edifícios	88 629,92	10 900,80	0,00	0,00	1 362,60	76 366,52
Obras em Edifícios	0,00	0,00	12 521,99	0,00	1 837,38	10 684,61
Equipamento	746 373,79	560 693,43	23 291,61	(20 204,92)	22 793,70	165 973,35
Total	835.003,71	571.594,23	35.813,60	(20.204,92)	25.993,68	253.024,48




8. Ativos intangíveis

	Saldo em 01jan2019		Aumentos / Diminuições		Amortizações do exercício	Saldo em 31dez2019
	Valor bruto	Amortiz acumul	Aquisições	Abate / Vendas		
Software	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	3 547,05	3 547,05	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	3 547,05	3 547,05	0,00	0,00	0,00	0,00

Ativos Intangíveis	Saldo em 01jan2020		Aumentos / Diminuições		Amortizações do exercício	Saldo em 31dez2020
	Valor bruto	Amortiz acumul	Aquisições	Regularizações		
Software	0,00	0,00	10 295,49	20 204,92	22 682,82	7 817,59
Outros	3 547,05	3 547,05	8 381,32	0,00	582,15	7 799,17
Total	3 547,05	3 547,05	18 676,81	20 204,92	23 264,97	15 616,76

9. Ativos por Impostos Correntes

	2020	2019
Activos por impostos correntes	18.107,00 €	19.665,49 €

10. Ativos por Impostos Diferidos

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o saldo desta rubrica era composto por:

	2020	2019
Activos por impostos diferidos		
Por prejuízos fiscais	72.561,88 €	93.510,48 €
Total	72.561,88 €	93.510,48 €

11. Outros Activos

	2020	2019
Outras Disponibilidades	1.659.009,59 €	743.928,12 €
Devedores e outras aplicações	2.803.060,79 €	2.528.860,81 €
Rendimentos a receber	359.163,93 €	1.398,55 €
Despesas com encargo diferido	94.295,66 €	105.930,42 €
Recursos de OIC	41.761,28 €	0,00 €
Outras operações a regularizar	50.846,26 €	27.697,66 €
Total	5.008.137,51 €	3.407.815,56 €

As Outras Disponibilidades são valores adiantados aos nossos Agentes/Correspondentes para as nossas ordens de pagamento.

O saldo mais significativo é com o seu maior agente de envios para o Brasil (NovaCâmbios Portugal).



20




A rubrica de Devedores Diversos é composta por Aplicações referentes a Cauções Contratuais e Adiantamentos de valores à empresa mãe (Ultra SGPS), no montante de 1.912 Mil Euros.

Nas Despesas com encargo diferido as rubricas com maior peso são as Rendas e as Cauções das mesmas.

As Outras Operações a Regularizar são compostas maioritariamente por Furtos e Falhas de Caixa que aguardam resolução.

12. Recursos de Outras Instituições de Crédito

	2020	2019
Recursos de Inst. crédito no estrangeiro	0,00 €	315.830,30 €

13. Passivos por Impostos Correntes

	2020	2019
Passivos por impostos correntes	13.800,70	8.347,17 €

14. Outros Passivos

	2020	2019
Credores, outros recursos		
Sector público administrativo	87.284,91 €	48.354,55 €
Credores diversos	936.328,94 €	552.085,71 €
Fornecedores	67.809,85 €	18.408,44 €
Sub-total	1.091.423,70 €	600.440,26 €
Encargos a pagar		
Gastos com pessoal	141.045,27 €	165.694,78 €
Acréscimos de Gastos Gerais	10.545,30 €	4.610,62 €
Outros encargos a pagar	100.000,00 €	0,00 €
Sub-total	251.590,57 €	170.305,40 €
Total	1.343.014,27 €	770.745,66 €

O **Sector Público Administrativo** diz respeito aos seguintes impostos a pagar em janeiro de 2021:

- Contribuições para a Segurança Social
- FCT-Fundo de Compensação do Trabalho
- Retenções na fonte s/ Rendimentos do Trabalho
- Retenções na fonte s/ Rendimentos Prediais
- Imposto do selo





A rubrica dos **Credores Diversos** representa:

Credores de Transferências	930.800,01 €
Valores a liquidar	<u>5.528,93 €</u>
Total	936.328,94 €

Os Valores a Liquidar são ordens de Pagamento que ainda não foram reclamadas pelos Beneficiários.

Em credores por Transferências inclui ainda o montante de 499.248 Euros de ordens de pagamento que não foram reclamadas pelos beneficiários.

A rúbrica dos **Gastos com pessoal** refere-se à responsabilidade da empresa à data de 31 de dezembro relativa ao encargo com as férias e com o subsídio de férias.

Os **Outros Encargos a pagar** são comissões relativas ao negócio Core e Acréscimos de Custos da empresa que serão pagas em 2021.

15. Capital

O capital social da Realtransfer, SA, encontra-se totalmente subscrito e realizado, sendo representado por **600.000 acções nominativas**, com o valor nominal unitário de **1 euro cada**.

As pessoas colectivas com mais de 20% do capital, subscrito e realizado, em 31 de dezembro de 2020, eram as seguintes:

	% Capital	Valor
ULTRA - SGPS, S.A.	91,67%	550 000,00€

16. Outras reservas e resultados transitados

	2020	2019
Reserva Legal	612 908,25 €	612 908,25 €
Outras Reservas	3 256 672,23 €	3 256 672,23 €
Resultados Transitados	559.022,65 €	539.519,33 €
Total	4.428.603,13 €	4.409.099,81 €

A legislação comercial estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual é destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporadas no capital.

Handwritten mark

Handwritten signature

Handwritten initials

Em 31 de dezembro de 2020 a reserva legal está totalmente constituída nos termos da lei.

Em 31 de dezembro de 2020 o valor de outras reservas corresponde a reservas livres e estatutárias.

Por decisão da Assembleia Geral em 15 de outubro de 2020, foram aprovadas as contas do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, tendo sido deliberado que o resultado líquido positivo no montante de **19.503,32 Euros** fosse transferido para Resultados Transitados.

17. Rendimentos de serviços e comissões

	2020	2019
Por serviços de Transferências	119.679,23 €	242.244,88 €
Por serviços Monetários	6.974,00 €	20.396,91 €
Total de Rendimentos	126.653,23 €	262.641,79 €

18. Encargos com serviços e comissões

	2020	2019
Serviços bancários prestados por terceiros	229.123,70 €	96.746,34 €
Por serviços de Transferências	1.060.262,16 €	616.390,72 €
Total de Encargos	1.289.385,86 €	957.301,84 €

19. Resultados de reavaliação cambial (líquido)

	2020	2019
Ganhos em Operações Financeiras	3.768.617,58 €	4.035.009,78 €
Perdas em Operações Financeiras	(49.438,45 €)	(33.383,66 €)
Reavaliação cambial	3.719.179,13€	4.001.626,10€

Os resultados de reavaliação cambial resultam da reavaliação diária das contas de moeda estrangeira e é calculada com base no fixing editado pelo Banco de Portugal.

20. Outros Resultados de Exploração

	2020	2019
Outros proveitos de exploração		
Outros rendimentos e ganhos	475.303,89 €	0,00 €
Outros custos de exploração		
Impostos e taxas	876,79 €	5.299,88 €
Outros encargos e gastos	115.986,45 €	2.367,69 €
Sub-total	(116.863,24 €)	(7.667,57 €)
Outros resultados líquidos de exploração	358.440,65 €	(7.667,57€)





A rubrica de outros rendimentos e ganhos diz respeito aos Apoios da Segurança Social do LayOff Simplificado-Covid 19 e o do IEFP-Instituto de Emprego e Formação Profissional de Apoio à Retoma da Actividade.

Na rubrica de outros encargos e gastos é referente ao Contrato de Agenciamento da Moneygram no valor de 100.000,00€

21. Custos com o Pessoal

A empresa na rubrica de custos com o pessoal tem o seguinte detalhe:

	2020	2019
Remunerações dos órgãos de gestão	64.837,29 €	71.826,38 €
Remunerações de empregados	1.300.765,53 €	1.170.297,37 €
Encargos sociais obrigatórios	213.303,40 €	258.558,82 €
Outros custos com pessoal	230.171,03 €	539.550,92 €
Total	1.809.077,25 €	2.040.233,49 €

O número médio de funcionários ao serviço em 2020 foi de **84**, no ano de 2019 foi de 75.

No final do ano de 2020 o número total de funcionários era de **87** e no ano de 2019 eram 80.

Os encargos sociais obrigatórios compreendem os seguintes custos:

- Descontos para o regime geral de segurança social
- Fundo de Compensação
- Encargos com Higiene e Segurança.

Os outros custos com pessoal traduzem os seguintes custos:

- Cursos de formação profissional
- Transferência de pessoal
- Indemnizações contratuais
- Seguros.

Existe um complemento de reforma que é gerido pela Futuro (grupo Montepio) e respeita à contribuição da empresa de 1% mensal, sobre o vencimento dos funcionários. No ano de 2020 não houve custos com este complemento devido à utilização de uma reserva de valores de funcionários que saíram do grupo.



22. Gastos Gerais Administrativos

	2020	2019
Gastos com Fornecimentos		
Água, energia e combustíveis	31.362,32 €	47.365,29 €
Material de consumo corrente	12.345,76 €	21.025,65 €
Material de Higiene e Limpeza	4.222,44 €	2.463,65 €
Outros fornecimentos de terceiros	2.377,09 €	9.514,83 €
Total com fornecimentos	50.307,61 €	80.369,42 €
 Gastos com serviços		
Rendas e alugueres	393.717,93 €	489.956,39 €
Comunicações	52.696,18 €	46.290,45 €
Deslocações, estadias e despesas de representação	68.512,34 €	89.808,14 €
Publicidade	75.832,79 €	72.681,85 €
Conservação e reparação	34.635,62 €	33.124,81 €
Formação	0,00€	3.136,03 €
Seguros	17.200,62 €	20.441,42 €
Outros serviços de terceiros	317,13 €	14.265,52 €
Subtotal Serviços (1)	642.912,61 €	769.704,61 €
 Serviços especializados:		
Avenças e honorários	42.549,40 €	265.649,74 €
Outros serviços especializados	202.678,94 €	116.732,42 €
Subtotal Serviços Especializados (2)	245.228,34 €	339.637,77 €
Total com Serviços (1+2)	888.140,95 €	1.109.342,38 €
Total de Fornecimentos e Serviços	938.448,56 €	1.189.711,80 €

Os Gastos com os Serviços especializados resumem-se a três grandes categorias:

- Manutenção da **rede de 26 balcões**, onde o custo com maior relevância são as rendas.

- Desenvolvimento do corredor para o Brasil, com custos com Publicidade, Deslocações e algumas avenças.

- Manutenção do sistema informático e desenvolvimento de um novo sistema, com grande importância nos outros serviços especializados e algum peso nas avenças e honorários.

- Verificou-se uma diminuição significativa em cerca de 84% na rubrica de Avenças e Honorários, deve-se principalmente ao facto de ter havido redução e cancelamento de alguns contratos.

- Por sua vez na rubrica de outros serviços especializados houve um aumento de 74% derivado aos serviços de Informática, Segurança e Vigilância, referente aos custos associadas às medidas tomadas em matéria de prevenção do COVID-19.





23. Amortizações do Exercício (Ver Notas 7 e 8)

	2020	2019
Amortizações do exercício – Ativos Tangíveis	45.128,69 €	45.128,69 €
Amortizações do exercício – Ativos Intangíveis	3.060,05 €	0,00 €
Total	49.258,66 €	45.128,69 €

24. Imposto sobre o Rendimento

O imposto sobre o rendimento em 31 de dezembro de 2020 e 2019 é o seguinte:

	2020	2019
- Estimativa de Imposto	13.800,70 €	8.347,17 €
- Correção de impostos	278,26 €	0,00 €
Imposto Corrente	14.078,96 €	8.347,17 €
- Pagtº Especial p/ Conta e Retenções	6.323,70€	0,00€
Imposto a pagar	7.477,00€	8.347,17€
Impostos Diferidos por Prejuízos Fiscais	20.948,60 €	

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efetiva de imposto verificado no exercício de 2020 e 2019 é demonstrada da seguinte forma:

	2020	2019
Resultados antes de Impostos	118.163,70€	27.850,49€
Dedução de Prejuízo Fiscal – 70%	-81.204,91 €	-18.550,34 €
Matéria Colectável	34.802,10 €	7.950,15 €
Taxa de imposto – 17% s/ 25.000,00€	17%	17%
Imposto	4.250,00 €	1.351,52 €
Taxa de imposto – 21% s/ 9.802,10€	21%	0,00 €
Imposto	2.058,44 €	0,00 €
Derrama – 1,5%	1.740,11€€	119,25 €
Quotizações a favor de associações empresariais	2.156,69 €	1.470,00 €
Tributação autónoma	5.752,16 €	6.876,39 €

Imposto s/rendimento corrente	13.800,70 €	8.347,17 €
Imposto s/rendimento diferido	20.948,60 €	0,00 €
Correcções de impostos	278,26 €	0,00 €
IRC efectivo	14.078,96 €	8.347,17 €

A taxa de imposto adoptada na determinação do montante de imposto sobre o rendimento do exercício resulta da legislação em vigor.

25. Partes Relacionadas

Movimentos efectuados entre empresas do Grupo - 2020

Empresa	Saldo a 31/12/2019	Varição	Custos	Proveitos	Saldo a 31/12/2020
RT Namibia	42 364,70	8 863,08	-	1 239,30	51 227,78
RT Angola	220 057,91	(28 816,55)	-	-	191 241,36
NC Portugal	571 232,57	507 617,39	675 384,98	-	1 078 849,96
NC Angola	46 131,87	6 482,13	-	-	52 614,00
Ultra SGPS	1 762 000,00	150 000,00	267 384,75	-	1 912 000,00
Ultra Viagens	1 349,86	-	2 670,55	-	1 349,86
Casa Campeão	51 748,88	(3 337,46)	15 786,09	-	48 411,42

Os movimentos efectuados traduzem o somatório das operações com cada uma das empresas, a natureza dos movimentos e os saldos em 31 de dezembro.





26. Risco cambial

A Realtransfer assume exposição em risco cambial derivado da flutuação das taxas de câmbio dos seus activos e passivos.

MOEDA	VALOR	DIVISAS	TOTAL	FIXING	TOTAL EM €
AED	7 590,00		7 590,00	0,22727273	1 725,00 €
ARS	6 320,00		6 320,00	0,01026722	64,89 €
AUD	1 790,00		1 790,00	0,62908908	1 126,07 €
BGN	1 825,00		1 825,00	0,51129972	933,12 €
BRL	1 108 642,30	194 819,78	1 303 462,08	0,15889966	207 119,68 €
CAD	5 930,00		5 930,00	0,63967249	3 793,26 €
CHF	9 820,00	7 445,86	17 265,86	0,92575449	15 983,95 €
CLP	772 000,00		772 000,00	0,00109731	847,12 €
CNY	5 944,00		5 944,00	0,12464942	740,92 €
COP	2 356 000,00		2 356 000,00	0,00023224	547,16 €
CUC	6 812,37		6 812,37	0,83472454	5 686,45 €
CVE	65 400,00		65 400,00	0,00906908	593,12 €
CZK	57 600,00		57 600,00	0,03810685	2 194,95 €
DKK	13 550,00		13 550,00	0,13439235	1 821,02 €
EGP	1 405,00		1 405,00	0,05347365	75,13 €
GBP	26 990,00	6 773,02	33 763,02	1,11230993	37 554,94 €
HKD	15 500,00		15 500,00	0,10510605	1 629,14 €
HRK	6 660,00		6 660,00	0,13241701	881,90 €
HUF	358 500,00		358 500,00	0,00274808	985,19 €
IDR	4 268 000,00		4 268 000,00	0,000058	247,54 €
ILS	6 670,00		6 670,00	0,2535047	1 690,88 €
INR	220 750,00		220 750,00	0,01115318	2 462,06 €
ISK	679 500,00		679 500,00	0,00640615	4 352,98 €
JPY	366 000,00		366 000,00	0,00790578	2 893,52 €
KRW	752 000,00		752 000,00	0,0007485	562,87 €
KWD	290,50		290,50	2,72817054	792,53 €
MAD	19 958,00		19 958,00	0,09172629	1 830,67 €
MOP	5 630,00		5 630,00	0,10307791	580,33 €
MXN	23 490,00		23 490,00	0,04095675	962,07 €
MYR	7 948,00		7 948,00	0,01137268	90,39 €
MZN	190 020,00		190 020,00	0,01137268	2 161,04 €
NIP	140,00		140,00	1,11230993	155,72 €
NOK	5 700,00		5 700,00	0,09550825	544,40 €
NZD	4 710,00		4 710,00	0,58878945	2 773,20 €
PEN	3 550,00		3 550,00	0,23149756	821,82 €
PHP	7 870,00		7 870,00	0,01691332	133,11 €
PLN	40 710,00		40 710,00	0,21931267	8 928,22 €
QAR	17 890,00		17 890,00	0,22708693	4 062,59 €
RON	5 678,00		5 678,00	0,20541051	1 166,32 €
RUB	287 910,00		287 910,00	0,01093289	3 147,69 €
SAR	3 035,00		3 035,00	0,22258330	675,54 €
SCP	2 905,00		2 905,00	1,11230993	3 231,26 €
SEK	29 830,00		29 830,00	0,09965817	2 972,80 €
SGD	6 967,00		6 967,00	0,61659884	4 295,84 €
THB	89 730,00		89 730,00	0,02722792	2 443,16 €
TRY	4 350,00		4 350,00	0,10973214	477,33 €
USD	117 014,85	8 129,79	125 144,64	0,81492951	101 984,06 €
XAF	306 000,00		306 000,00	0,00152449	466,49 €
XOF	504 500,00		504 500,00	0,00152449	769,11 €
ZAR	20 900,00	521,94	21 421,94	0,05548805	1 188,66 €
	12 827 925,02	217 690,39	13 045 615,41		443 167,21 €

27. Contingências

A RealTransfer tem os seguintes passivos contingentes, referente a Garantias prestadas nos montantes abaixo descritos no valor total de **179.742,33€**, para cumprimento das rendas:

Data	Ref Banco	Valor da Garantia Bancária	Descrição	Duração
07/03/2013	MOG - 344.43.010363-9	33 593,08	Loures Shopping	7 Anos
23/09/2020	MOG - 344.43.010771-4	18 360,48	Forum Almada	7 Anos
24/07/2014	MOG - 344.43.000081-2	36 158,88	Via Catarina	7 Anos
17/12/2014	MOG - 344.43.000089-5	28 643,69	Algarve Shopping	7 Anos
30/01/2016	MOG - 344.43.000091-1	20 244,81	Rio Sul Shopping	7 Anos
13/10/2016	MOG - 344.43.000099-4	9 446,40	Jumbo Sintra	6 Anos
28/12/2016	MOG - 344.43.000104-2	18 981,26	Gaia Shopping	7 Anos
10/08/2018	MOG - 344.43.000127-3	14 313,73	Forum Montijo	7 Anos
Total		179 742,33		

28. Informações exigidas por diplomas legais

Dando cumprimento ao estipulado no decreto n.º 411/91, de 17 de outubro, a administração informa que a situação da empresa perante a segurança social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Não foram concedidas quaisquer autorizações nos termos do artigo 397.º do código das sociedades comerciais, pelo que nada há a indicar para efeitos do n.º 5, alínea e) do artigo 66.º do código das sociedades comerciais.

29. Eventos subsequentes

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020.

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2020.

De realçar que durante o ano de 2020, foi declarada a pandemia mundial derivada do novo coronavírus, que provoca a doença designada COVID-19, levou os governos dos

diversos países, incluindo do nosso, a declarar a situação de emergência e de calamidade públicas e à tomada de medidas de restrição e confinamento, originando uma drástica redução e, mesmo interrupção, de muitas atividades económicas, designadamente ao encerramento dos aeroportos, das viagens, do turismo e do comércio.

Esta situação teve um grande impacto na empresa, originando uma quebra significativa da atividade, especialmente a partir de março de 2020, o que levou à implementação de um plano de contingência, incluindo medidas de mitigação dos impactos provocados pela pandemia, entre as quais a declaração da situação de lay-off em abril de 2020, com o intuito de proteger os postos de trabalho, dada a significativa quebra da atividade.

Após o encerramento do exercício, e até à elaboração do presente relatório, não se registaram outros factos susceptíveis de modificar a situação relevada nas contas, para efeitos do disposto na alínea b) do n.º 5 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.

30. Factos Relevantes

No final do ano 2020 a RealTransfer possuía 26 agências.

Não existem compensações entre saldos devedores e credores.

O **Banco de Portugal** procedeu ao averbamento da data de início de actividade da Realtransfer como **Instituição de Pagamento** em **04/07/2011**, de harmonia com a sua comunicação refª 3778/11/DSPRE-proc. Nº 478/11 de 17/11/2011.

A Realtransfer mantém a utilização do software denominado “**Trader**” propriedade da empresa **Codeware – Consultoria, Desenvolvimento e Software, S.A.** que serve de base à gestão e contabilização da sua actividade.

Todos os movimentos de gestão (registo de compras/vendas de moeda, de pagamentos/recebimentos de remessas, e registo de transferências) é registada no Trader sendo que, aquando do registo das operações, automaticamente serão calculados lotes, valias, comissões, impostos, possibilitando o acompanhamento diário da gestão. O Trader permite o controlo de saldos: de caixa, de caixa/tesouraria, das

contas bancárias, dos correspondentes, dos valores a liquidar, das valias e demais contas.

Permite ainda segregar a informação por caixa, por balcão, visualizar tudo ou parte, dependendo do "perfil" que a gestão defina para cada utilizador, limitando o risco em que se incorre.

No final do dia, em cada balcão, um utilizador com "formação" adequada é responsável pela conferência e fecho das respectivas caixas no balcão, bem como a mudança de data do sistema, evitando deste modo quaisquer alterações dos valores.

Toda a actividade em termos operativos tem reflexo contabilístico, por intermédio de parametrizações contabilísticas efectuadas para o efeito durante o desenvolvimento do projecto.

A Codeware assegura anualmente actualizações/melhoramentos do software Trader, permitindo uma evolução permanente quer do sistema quer dos conteúdos.

Lisboa, 7 de junho de 2020

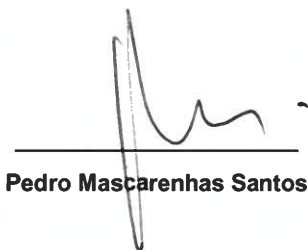
O Responsável pela Contabilidade



Margarida Cravid de Melo

NIF: 205908136 | CC n.º 93044

O Conselho de Administração


Pedro Mascarenhas Santos
Vera Figueira
Vasco Linhares de Mello

5. Certificação Legal das Contas

NEVES DA SILVA E MARIA J. PIMENTA
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

Inscrita com o nº 126 na LROC e com o nº 20161444 na CMVM
NIPC 503 302 368

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **REALTRANSFER – Instituição de Pagamentos, S.A.** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2020 (que evidencia um total de 6 468 554 euros e um total de capital próprio de 5 111 739 euros, incluindo um resultado líquido de 83 136 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, excepto quanto aos efeitos (ou possíveis efeitos) das matérias referidas na secção “Bases para a opinião com reservas”, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materiais, a posição financeira de **REALTRANSFER – Instituição de Pagamentos, S.A.** em 31 de Dezembro de 2020 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas pela União Europeia (IFRS).

Bases para a opinião com reservas

Na preparação das demonstrações financeiras não foi considerada a IFRS 16 – Locações, de aplicação obrigatória a partir de 1 de Janeiro de 2019. De salientar que o Anexo é omissivo em relação à aplicação deste normativo.

A Entidade tem mostrado no seu activo corrente o montante de 587 264 Euros relacionado com Adiantamentos de valores efectuados à Ultra Serviços – Consultoria e Serviços, Lda. O valor destes adiantamentos representa cerca de 9% do total do activo (no exercício anterior 10%). Assim, uma vez que não nos foi mostrada evidência de que existe por parte do devedor uma intenção clara de proceder à liquidação da dívida, não podemos emitir opinião sobre a recuperabilidade da mesma.

A nossa auditoria foi efectuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfase

Conforme referido no Relatório de Gestão e nas notas 11 e 25 do Anexo, a empresa tem mostrado no seu activo corrente o montante de 1 912 000 Euros relacionado com adiantamentos de valores efectuados à Ultra SGPS, SA (sociedade detentora de 91,67% do capital da Entidade). O valor total destes adiantamentos representa cerca de 30% do Total do Activo (no exercício anterior 29%).

Conforme referido no Relatório de Gestão e na Nota 29 do Anexo, na sequência dos desenvolvimentos associados à pandemia do COVID-19, os efeitos da disseminação do vírus ainda não foram sanados e continuam a ser analisados pelas autoridades competentes, sendo expectável que continuem a ser implementadas iniciativas com impacto na situação sócio-económica. Face à natureza da situação nacional e internacional, continuamos num contexto de incerteza, sendo imprevisível o impacto na Entidade decorrente de tal situação.

A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas pela União Europeia (IFRS);
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das actividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detectará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos cepticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detectar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detectar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objectivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respectivas divulgações feitas pelo órgão de;
- concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas actividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas actividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;

- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

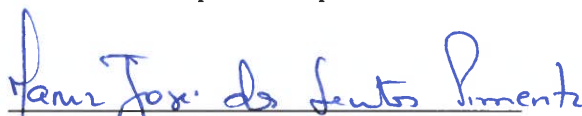
Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

26 de Junho de 2021

Neves da Silva e Maria J. Pimenta, SROC

Representada por:


Maria José dos Santos Pimenta (ROC n.º 846)



6. Relatório e Parecer do Fiscal Único

NEVES DA SILVA E MARIA J. PIMENTA
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

Inscrita com o nº 126 na LROC e com o nº 20161444 na CMVM
NIPC 503 302 368

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Exmos. Senhores Accionistas de
de **REALTRANSFER – Instituição de Pagamentos, S.A.**

De acordo com as disposições legais e estatutárias, cumpre-nos submeter à apreciação de V. Exas. o nosso relatório e parecer sobre o Relatório de Gestão, as Demonstrações Financeiras e a Proposta de Aplicação de Resultados apresentados pela Administração de **REALTRANSFER – Instituição de Pagamentos, S.A.**, referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2020.

Acompanhámos a evolução da actividade e os negócios da Sociedade, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento dos estatutos em vigor, tendo recebido da Administração e dos serviços da Sociedade as informações e esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, verificámos a exactidão das demonstrações financeiras reportadas a 31 de Dezembro de 2020, que foram submetidas à nossa apreciação pela Administração, e a sua conformidade com o Relatório de Gestão, bem como a divulgação das políticas e critérios contabilísticos que presidiram à sua preparação. Consideramos que o Relatório de Gestão apresenta de forma adequada os principais aspectos da vida da Sociedade no ano de 2020 e as suas perspectivas futuras.

Como nos competia, procedemos nesta mesma data e na qualidade de Revisor Oficial de Contas à emissão da Certificação Legal das Contas sobre as demonstrações financeiras da Sociedade, a qual inclui duas reservas e duas ênfases.

Não tomámos conhecimento de quaisquer violações à Lei ou aos Estatutos.


Face ao exposto, somos do parecer que:

- a) Sejam aprovados o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras apresentados pela Administração da empresa;
- b) Seja aprovada a Proposta de Aplicação dos Resultados constante dos mencionados documentos.

Lisboa, 26 de Junho de 2021

Neves da Silva e Maria J. Pimenta, SROC

Representada por:


Maria José dos Santos Pimenta (ROC nº 846)